

PROJETO MARCA D'ÁGUA

Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas
Edifício da FINATEC
Campus Universitário Darcy Ribeiro
70 910-900 Asa Norte - Brasília DF
Telefones: (61) 307-1139; (61) 307-1444
Fax: (61) 307-1140



**PROJETO MARCA D'ÁGUA
RELATÓRIOS PRELIMINARES 2001**

A Bacia do Rio Tibagi, Paraná - 2001

Christian Brannstrom
Department of Geography
Texas A&M University
USA

cbrannst@geog.tamu.edu

Maio – 2002

A. INTRODUÇÃO

A pesquisa foi feita na região de Londrina, estado do Paraná no mês de julho de 2001. Foram onze entrevistas no total, realizadas com representantes de vários órgãos do Estado, entidades particulares e da sociedade civil. Outras informações foram colhidas na imprensa, como recortes de jornal, publicações do Consórcio para Proteção Ambiental do Tibagi (COPATI) e outros materiais. A metodologia seguiu o roteiro de pesquisa elaborado pela equipe do Projeto Marca D'Água¹. A aproximação do pesquisador com a maior parte dos entrevistados foi efetuada com a introdução e a colaboração de Wagner Luiz Kreling, o então assessor técnico do COPATI, e agora coordenador técnico do COPATI.

PARTE I: DESCRIÇÃO DA BACIA E DO(S) ORGANISMO(S)

B. A BACIA DO RIO TIBAGI

A Bacia do Rio Tibagi (ver mapa em <http://www.marcadagua.org.br/bacia18.htm>), no estado do Paraná, é o principal afluente do Paranapanema que é um rio federal, pois demarca a divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. Sua área é de 24.712 km² com 42 municípios (Fig. 1a). O Tibagi não tem um Comitê de Bacia, nem uma Agência de Água. O COPATI, inicialmente criado como um Consórcio Intermunicipal, atua no Tibagi desde setembro de 1989, desenvolvendo ações de fiscalização, educação, gestão e articulação ambientais durante períodos de pleno otimismo e decadência. O Tibagi, situado numa região de clima úmido-temperado, não apresenta escassez de água. Mas isso não significa ausência de conflitos sobre o uso de seus recursos hídricos. O início do COPATI deu-se após a constatação de falta de peixe no baixo Tibagi. Sua estruturação, entre 1995 e 1998, ocorreu entorno da conscientização ambiental das várias indústrias da Bacia. A nova etapa do COPATI, sua reestruturação para converter-se na Agência de Água do Tibagi, enfrentará desafios como: a resolução de novos conflitos ambientais e a construção da primeira usina hidrelétrica no Tibagi em São Jerônimo da Serra, no trecho médio da Bacia.

1 O Projeto Marca D'Água é um estudo multidisciplinar e comparativo que visa acompanhar a evolução da gestão de recursos hídricos em nível de bacia hidrográfica no Brasil, ao longo de cinco a dez anos. Em 2001, o projeto realizou pesquisas preliminares em 23 bacias brasileiras, seguindo um roteiro desenvolvido por Abers e Keck (2001).

Esse projeto integra o Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NP3/ Universidade de Brasília) e é implementado juntamente com o Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (NEPOL/ Universidade Federal da Bahia), com o Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA/ Universidade Regional de Blumenau), o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/ Universidade de São Paulo), o Laboratório de Estudos e Meio Ambiente da COPPE (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o Departamento de Ciência Política da Johns Hopkins University (Baltimore, EUA) e a Escola de Recursos Naturais e Meio Ambiente da University of Michigan (EUA).

Os recursos destinados ao seu financiamento são administrados pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC- UnB), pela Universidade de Johns Hopkins (EUA) e pela Universidade de São Paulo (USP). Em sua primeira fase, o Projeto Marca d'Água contou com o apoio da Fundação John D. e Catherine T. Macarthur (Programa de Sustentabilidade e Segurança Global) e do Center for Livable Future da Escola Bloomberg de Saúde Pública, Universidade de Johns Hopkins. Em sua segunda fase (desde o último semestre de 2002), conta com o apoio da Fundação William e Flora Hewlett (Programa de Relações Estados Unidos - América Latina) e do Fundo Setorial de Recursos Hídricos do CNPq (CT-Hidro).

B.1 Ocupação da Região

A Bacia do Rio Tibagi divide-se em duas regiões distintas historicamente. Um conhecido como “Paraná Novo” é o trecho do Baixo e Médio Tibagi sendo dominado pela cidade de Londrina. O outro, o “Paraná Velho”, trecho do Alto Tibagi, é dominado pela cidade de Ponta Grossa. A ocupação da bacia teve início entre os anos de 1700 e 1720 com a expansão da criação de gado desde a zona costeira paranaense para os campos em Castro, Jaguariaíva e Ponta Grossa. A criação de animais com base no trabalho escravo destinava-se para o estado de Minas Gerais. Em 1731 foi aberta uma estrada para ligar a pecuária dos campos à cidade paulista de Sorocaba. Em Castro, elevada à vila em 1789, a população escrava era 27% dos 4.000 habitantes. No século XIX, as colônias de imigrantes europeus paranaenses tiveram pouca expressão na região. Sua ocupação ficou restrita às áreas dos municípios de Palmeiras, Castro e Ponta Grossa, parte alta da bacia. Estas colônias introduziram a pecuária leiteira. A Batavo, uma das principais empresas de laticínio no Brasil é o destaque da região.

A parte baixa da bacia, o Paraná Novo, era ocupada por colônias militares em 1853. Eram enormes áreas que foram, mais tarde, incorporadas ao estado após sua doação a empresas particulares de colonização no início do século XX. São os casos de Corai, em Primeiro de Maio e Leopoldo Vieira, em Sertanópolis.

Entre 1920 e 1940 outros projetos de colonização ocuparam grandes áreas, como a Companhia de Terras do Norte do Paraná em

Londrina, que comprou 13.600 km² de terras, a Brasil Tokushoku Kaisha, em Assaí; e a Nambei Tochi Kabushiri Kaisha em Uruaí (Stipp 2000a: 2-3; Monbeig 1984: 260-63; Dean 1996: 255-6).

A maior mudança no meio rural ocorreu depois de 1975 com a erradicação do café e o crescimento de culturas anuais (soja e trigo, principalmente). Como consequência ocorre um grande êxodo rural, ou o “esvaziamento demográfico da população” em toda a bacia. Apenas quatro municípios, Castro, Palmeira, Ipiranga e Imbituva, tiveram taxas positivas de crescimento da população rural (Ferreira 2000).

A Bacia do Tibagi tem uma população total de 1, 566 milhões de habitantes, com uma taxa de urbanização de 84%. Entre 1980 e 1991 a população da bacia aumentou de 788.700 a 923.660 (17,1%). Sua principal cidade é Londrina (421.300 habitantes), seguida por Ponta Grossa (256.300 habitantes). Ambas as cidades possuem 95% do total da população instalada na área urbana desses municípios.

Essa população urbana da Bacia é abastecida por água encanada a uma alta taxa de 90% dos domicílios. O sistema de abastecimento de água de Londrina é o segundo maior do Paraná e o terceiro maior na região Sul. Aproximadamente 70% dos municípios do Tibagi possuem a SANEPAR, uma concessionária (40% de capital francês), como responsável pelo abastecimento de água e esgoto. De acordo com o Termo de Compromisso com o Ministério Público Estadual, para 2002 ou 2003 a SANEPAR deve alcançar uma taxa de 100% no tratamento de esgoto. Londrina tem 100% de seu esgoto tratado em quatro estações. Na Bacia total, 39,1% dos domicílios urbanos possuem instalação sanitária por rede geral, enquanto 21% têm fossa séptica e 39% têm fossa rudimentar. A taxa de coleta de lixo de domicílios é 73,5%.

B.2 Área, Vazão e Meio Ambiente

O rio Tibagi, em toda sua extensão, possui um desnível total de 820 m. Nas cabeceiras chega a 1.150 m e 330 quando o Tibagi deságua no rio Paranapanema. A sua vazão máxima é de 6.828 m³/s, enquanto a média é de 216,27 m³/s. Durante este trajeto o Tibagi passa por três planaltos que influenciam diretamente suas características físicas (Stipp 2000a; Stipp 2000b). No Primeiro Planalto, em suas cabeceiras apresenta uma forte declividade, uma sucessão de espigões e vales profundos na forma de ‘V’. O Segundo Planalto caracteriza-se por relevos tabulares em forma de *cuestas* e plataformas dissecadas. Os solos são pouco profundos e de baixa fertilidade. O Terceiro Planalto, na parte baixa do Tibagi, é uma região de rochas eruptivas básicas da Formação Serra Geral. Os solos são férteis e profundos com relevo suave ondulado.

O clima do Tibagi é sub-tropical úmido, sem estação seca (Cf). A média anual de chuva é de 1.550 mm e a térmica é de 18 °C na parte superior. Na parte média da Bacia a média anual de chuva aumenta para 1.700 mm e a térmica sobe para 19,5 °C. Na parte baixa do Tibagi a média anual de chuva é 1.600 mm e a média térmica é 21 °C (Mendonça 2000: 33).

A Bacia do Tibagi é formada por três tipos de vegetação: (1) mata pluvial tropical-subtropical, localizada no

centro-norte do Tibagi;(2) mata de araucária (*Araucaria angustifolia*) nos planaltos, na região da mata subtropical acima de 500 m e em grupos isolados nos campos limpos; (3) e campos limpos e campos cerrados predominam na região sul da Bacia (Barros e Mendonça 2000).

Segundo o mapa de vegetação brasileira do IBGE (1993), o Tibagi é composto pelas seguintes formações: na faixa norte, floresta estacional semidecidual (F), agora transformada em vegetação secundária e atividades agropecuárias; aproximadamente 40 km ao sul de Londrina, a floresta ombrófila mista, ou floresta de araucária, agora transformada em vegetação secundária e atividades agropecuárias (M). No trecho médio e alto do Tibagi, principalmente na região de Ponta Grossa apresentam-se áreas significativas de Cerrado gramíneo-lenhoso (Sg) e tensão ecológica entre Cerrado e Floresta de Araucária (SM) (IBGE 1993). Em geral, no Tibagi a mata natural “é pouca expressiva” e principalmente localizada no sul da Bacia. No Baixo Tibagi

vegetação natural é “quase inexistente e nem mesmo as áreas próximas aos rios foram preservadas” (Barros e Mendonça 2000: 94)

Os limites territoriais da bacia não coincidem com os limites político-administrativos dos municípios. Municípios politicamente importantes do trecho baixo, como Cambé, Araçongas e Rolândia, têm apenas uma parte do seu território dentro do Tibagi. No trecho médio, em Ortigueira, Reserva e Curiúva também há grandes extensões fora da Bacia. Na parte alta, Castro, Irati e Ponta Grossa têm território em outras bacias vizinhas. Neste levantamento não foi encontrada nenhuma estimativa da diferença entre a região dos municípios e a área da Bacia.

B.3 Atividades Econômicas

Os três planaltos do Tibagi (B.2) correspondem aproximadamente a uma regionalização da Bacia do Tibagi em três sub-bacias e sub-regiões conforme ao uso do solo (Stipp 2000b: 192-3; Barros e Mendonça 2000: 91-4) (Fig. 1b):

(1) Alto Tibagi, o ‘Velho Paraná’: uma sub-região (Alto Tibagi I), de Reserva, Irati e Ventania, caracterizada por pecuária extensiva, estrutura fundiária diversificada e degradação ambiental média a elevada; outra sub-região (Alto Tibagi II), de Ponta Grossa e Teixeira Soares, caracterizada por concentração industrial, com policultura e elevada degradação ambiental; outra sub-região (Alto Tibagi III), de Porto Amazonas, caracterizada pelo predomínio de matas, pastagens naturais, baixa aptidão agrícola e degradação ambiental baixa; e finalmente, uma sub-região (Alto Tibagi IV), de Castro e Pirai do Sul, de predomínio de matas, pastagens naturais, alta aptidão agrícola e degradação ambiental média e baixa.

(2) Médio Tibagi: uma sub-região (Médio Tibagi I), de Ortigueira, Mauá da Serra e São Jerônimo da Serra, caracterizada pela pecuária extensiva e degradação ambiental média a baixa; uma segunda sub-região, (Médio Tibagi II), de Telêmaco Borba, Tibagi e Curiúva, caracterizada por reflorestamento (para a indústria Klabin de papel e celulose, uma das maiores do Brasil, em Telêmaco Borba) e degradação ambiental média a elevada. Nestas regiões existem áreas indígenas e “bolsões de pobreza”, por possuírem nas sub-regiões os mais pobres municípios da Bacia (ver Fig. 1a).

(3) Baixo Tibagi, o “Novo Paraná”: o trecho entre São Jerônimo até o Paranapanema é uma área de intensa produtividade agrícola, forte urbanização, industrialização e elevada degradação ambiental com pequenas áreas de vegetação nativa. Esta sub-região representa a maior concentração de indústrias da Bacia: seis municípios (Londrina, Apucarana, Rolândia, Araçongas, Cambé e Iporã) têm 65% das indústrias da Bacia.

Entre 1975 e 1985 a área dedicada às culturas permanentes (principalmente café) no Tibagi caiu 58,5%, enquanto a área das culturas anuais aumentou para 29,9%, atingindo 879.400 hectares em 1985. Os municípios principais eram Iporã, Rancho Alegre, Sertaneja, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Rolândia e Araçongas. A área dos reflorestamentos aumentou 75%, atingindo 230.110 hectares em 1985. Os principais municípios relacionados diretamente às indústrias de papel e celulose são Curiúva, Telêmaco Borba, Tibagi, Reserva, Ortigueira, Ipiranga e Castro (Barros e Carvalho 2000).

Uma primeira aproximação da tipologia agrícola do estado (Barros e Carvalho 2000: 130) divide o Tibagi em três grandes regiões. Na parte mais sulina da Bacia domina a policultura em pequena produção do tipo subsistência, com baixo índice técnico e existência de terras sem utilização. O trecho médio do Tibagi é a região onde dominam as matas e pastagem natural, com baixa produção agropecuária e alto índice de terras sem produção. No trecho do Baixo Tibagi concentra-se a pecuária e cana-de-açúcar em médias e grandes propriedades com técnicas modernas, e o domínio de culturas temporárias (soja, milho e trigo) de alto valor comercial e índice técnico produtivo.

Na área rural 40,4% dos estabelecimentos agropecuários têm áreas menores a 10 hectares e 49,4% estão entre 10 e 100 hectares. A maior concentração de propriedades com menos de 10 hectares está em Telêmaco Borba (61,7%), e a maior parcela de estabelecimentos com mais de 2.000 hectares estão em Tibagi (1,7%). Apenas 5,8% dos estabelecimentos agropecuários na Bacia usam irrigação.

O IDH municipal mediano da bacia é 0,667, sendo o maior em Londrina (0,792) e o menor em Reserva (0,481) (Fig. 1a). Além de Reserva, outros municípios com o menor IDH municipal são Congonhinhas (0,52), Curiúva (0,5), São Jerônimo da Serra (0,491), Sapopema (0,522) e Tibagi (0,518), todos da sub-bacia média do Tibagi. A Gini de renda municipal mediana é 0,5682, sendo o maior em Sertaneja (0,6879) e menor em Nova América (0,4369). Para alguns municípios não foi encontrado o IDH.

B.4 Água: Usos e Conflitos

O uso da água na Bacia do Tibagi destina-se ao abastecimento público, processos industriais, à sustentação da biodiversidade, à diluição de agrotóxicos e, possivelmente no futuro próximo, à geração de energia elétrica. Há baixo índice de irrigação e os recursos hídricos da Bacia são relativamente abundantes por causa de clima e geomorfologia.

Segundo a interpretação de um entrevistado, a ordem dos problemas principais no final da década de 80 e anterior à criação do COPATI, eram a falta de conservação do solo nas propriedades rurais, os efluentes industriais e o esgoto doméstico. Atualmente, este entrevistado considera que as prioridades são o esgoto doméstico, a poluição agroquímica e efluente industrial. A questão de conservação do solo foi objeto do programa Paraná Rural, que teve como uma das suas regiões prioritárias alguns municípios do Baixo Tibagi para a conservação do solo. O projeto, financiado por um empréstimo de US\$63 milhões do BIRD, atingiu 2.1000 bacias, 5 milhões de hectares e 165.000 produtores rurais desde 1989 (Fleischfresser 1997; Martins 1996). O problema de efluente industrial virou objeto de trabalho do COPATI depois da primeira reestruturação. O esgoto doméstico ficou a cargo da SANEPAR que construiria estações de tratamento, mas aparentemente a questão do esgoto clandestino ainda não foi resolvido, ou nunca entrou nas prioridades da SANEPAR. Um entrevistado comentou que 'existe fiscalização, porém o problema ainda é muito grave, pois existem inúmeros esgotos clandestinos na malha hídrica urbana' na maioria dos municípios da Bacia.

Muitos entrevistados alegam que a baixa taxa de ocorrência de mata ciliar no Tibagi facilita a chegada de agrotóxicos das lavouras aos cursos de água. Porém, não foi possível obter dados sobre quais trechos do Tibagi apresentam maiores ou menores problemas com a falta de mata ciliar, nem a quantidade de área de mata ciliar teria que ser reflorestada. Durante a sua primeira fase de atuação, o COPATI encabeçou o plantio de 500.000 mudas perto do Tibagi e afluentes. Uma imagem importante na propaganda do COPATI e no simbolismo da política ambiental é do deputado estadual José Maria Ferreira, o primeiro presidente do COPATI, plantando uma árvore na beira do rio. Segundo um entrevistado, as mudas 'foram plantadas aleatoriamente, sem o devido levantamento pedológico', logo 'milhares de mudas' nunca desenvolveram corretamente.

A questão de agrotóxicos no curso do Tibagi é significativa, ao menos no nível do discurso político. Na criação do COPATI vários políticos e pescadores afirmaram que o tamanho e a abundância de peixes do Tibagi teria caído dramaticamente no início da década dos 80. A modernização da agricultura no trecho baixo do Tibagi teria aumentado significativamente o uso de agrotóxicos que chegaram ao rio colaborando para o declínio do recurso pesqueiro.

O problema mais significativo e conhecido é a poluição industrial. Na segunda fase do COPATI desenvolveu-se uma política para aglutinar associados como indústrias poluidoras ou usuárias da água do Tibagi, juntamente com um esforço de gestão ambiental do setor industrial, com um Selo de

Qualidade e vários cursos sobre gestão ambiental. A Klabin, por exemplo, contribuía com 60% da poluição industrial do Tibagi em 1989. Agora a diminuição é significativa após a modernização do processo industrial. Outras empresas, com a Cervejaria Kaiser, a TetraPak (embalagens) e a Iguaçú Celulose têm projetos para reduzir seus efluentes industriais.

Apesar dos representantes da SANEPAR alegarem que no Tibagi o esgoto doméstico não é um problema sério, já que Londrina tem 100% do esgoto tratado, outros entrevistados afirmam que o esgoto clandestino é um problema na Bacia. O conflito mais polêmico atualmente é o da construção de uma usina hidrelétrica (UH) em São Jerônimo da Serra, no curso médio do Tibagi. O Plano do Setor Elétrico Nacional até 2015 previu a construção de sete usinas hidrelétricas pela COPEL no Rio Tibagi e em cinco áreas indígenas, nos municípios de Ortigueira, Tamarana e São Jerônimo da Serra (duas reservas: uma de 410 habitantes e 3.751 hectares e uma de 265 habitantes e 1.339 hectares). A maioria dos projetos já foi inviabilizada.

A usina hidrelétrica de Capivara, no rio Paranapanema, foi construída na década de 70. Seu lago inundou grandes áreas de municípios do Baixo Tibagi sem que os proprietários tivessem recebido qualquer indenização do governo militar. Os prefeitos regionais criaram o Consórcio Intermunicipal da Bacia do Capivara (CIBACAP), cuja finalidade é receber indenização pela inundação causada pelo reservatório do Capivara após 1997, com a privatização da UHE do Capivara, pois a CESP não cumpriu o acordo com os ex-proprietários. Em julho de 2001 a concessionária Duke Energy comprometeu-se em financiar projetos de educação ambiental e turismo rural nos municípios afetados, além de oferecer um Plano de Gestão Ambiental para os municípios.

Outros entrevistados comentaram sobre a exploração de areia na região de Ponta Grossa. Isto vem ampliando a área de várzea do rio e, em alguns locais, destruindo a mata ciliar. O último caso foi denunciado por uma ONG, a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (AMAR), que responsabiliza as empresas extratoras de areia pela duplicação da largura do Tibagi e por derrubarem a mata ciliar.

Finalmente, um item relevante sobre o uso de água é a reforma institucional. Na interpretação do COPATI a reforma institucional é necessária antes de uma atuação efetiva na gestão de recursos hídricos. Assim, o COPATI, ao reestruturar-se para incluir empresas associadas e para depois se candidatar a Agência da Bacia, estaria estabelecendo as bases necessárias para uma atuação futura. Estas questões receberão análise na seção C.

B.5 Instituições Formais de Gestão de Recursos Hídricos

A Lei Estadual 12.726 de 26 de novembro de 1999 criou o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Segundo esta lei, os componentes do Sistema são: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos como órgão deliberativo e normativo; a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos como órgão executivo; Comitês de Bacia Hidrográfica como órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos; Agências de Água como unidades executivas descentralizadas. As Agências de Água, o componente mais relevante no caso do COPATI, terão como finalidade várias tarefas, como prestar apoio aos Comitês de Bacia, formular o Plano de Bacia, efetuar a cobrança pelo uso de água, cadastrar usuários de água, promover estudos para gestão de água e propor ao Comitê de Bacia o enquadramento dos corpos de água e valores a serem cobrados pelo uso de água.

Decretos regulamentaram alguns aspectos da Lei 12.726/99. Por exemplo, o Decreto 2.317 (18 de julho de 2000) delegou a execução da política estadual de recursos hídricos à Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA). O Decreto 2.314 de 18 de julho de 2000 definiu as atribuições do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Uma delas, segundo o Decreto 2.316, é a de credenciar a Unidade Executiva Descentralizada (UED), que terá de agrupar usuários de água conforme critérios de vazão outorgada ou número de associados, além de outras atribuições, como apresentar estrutura organizacional, ser uma sociedade civil sem fins lucrativos e outros critérios. Uma vez habilitada pelo Conselho, a UED celebrará um Contrato de Gestão com o Estado. Outro decreto (2.315, de 18 de julho de 2000), estabeleceu normas e critérios para os Comitês de Bacia Hidrográfica, definindo o tipo de representação e as atribuições do Comitê. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, instalado pelo Decreto Estadual 432/01 de 28 de julho, terá pouca participação da sociedade civil. Dezesesseis dos 27 membros são representantes do Poder Executivo Estadual, um é representante do Poder Legislativo e três são representantes de municípios.

Apenas quatro são representantes da “sociedade civil” e cinco são representantes de usuários de recursos hídricos. Dos cinco representantes de usuários, um é da SANEPAR, um da COPEL e um é o prefeito de Curitiba.

Recentemente o COPATI solicitou ao Conselho sua transformação em Agência de Bacia; porém, ainda não existe um Comitê de Bacia no Tibagi. O COPATI congrega mais de 50% dos municípios e mais de 70% da população da Bacia. O novo estatuto, de abril de 2001, estruturou o COPATI para ser uma Agência. Os líderes do COPATI reconheceram, desde 1997, 1998 ou mesmo antes, que a Agência teria bastante poder na elaboração e execução do Plano Diretor de Bacia, abrangendo aspectos de um diagnóstico, prognóstico, planejamento e instrumento de gestão. A legislação paranaense caracteriza o Plano de Bacia como um diagnóstico da situação atual da Bacia que deveria fornecer medidas para atender metas de racionalização de uso, oferta e qualidade da água, além de criar diretrizes para a cobrança pelo uso da água.

B.6 Cultura política

Condições de pesquisa permitiram apenas o conhecimento superficial da cultura política da região. Segundo um entrevistado, os municípios dominantes da Bacia são Tibagi e Castro no trecho alto, Ibiporã e Londrina no Baixo e Ortigueira no Médio. Esta análise exclui o município de Ponta Grossa (segundo maior da Bacia) provavelmente por causa da sua atual postura: criar um Consórcio só para o Alto Tibagi. Políticos do trecho baixo que apóiam o COPATI são contrários a esta posição. Acreditam que outro consórcio enfraquecerá o COPATI no seu momento chave, ou seja, o de candidatar-se à Agência de Bacia. Não foi possível conhecer mais profundamente este conflito.

A mobilização política parece ser mais forte no Baixo que no Alto e Médio Tibagi. Isto não surpreende, já que as atividades econômicas neste trecho são muito mais significativas que nos demais. No que é relevante ao poder político do COPATI, historicamente este está no trecho baixo do Tibagi, porém não precisamente em Londrina. Políticos do município de Ibiporã tiveram, e continuam tendo, uma forte influência no COPATI. O primeiro presidente, José Maria Ferreira, foi prefeito de Ibiporã e agora é deputado estadual. O atual prefeito de Ibiporã é considerado muito importante na atual gestão do COPATI e o seu vice-prefeito foi chefe regional da SURHEMA (Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente. As suas antigas funções estão divididas atualmente entre o Instituto Ambiental Paranaense, IAP e SUDERHSA) na região de Londrina, na gestão de Álvaro Dias como governador (atual senador do Paraná). Prefeitos do Baixo Tibagi, nos últimos anos, também tiveram uma participação notável na Associação Estadual de Prefeituras.

Vários prefeitos que fizeram parte do grupo político que deu início ao COPATI, e depois não foram reeleitos, voltaram às prefeituras nas últimas eleições. Porém, agora as cobranças políticas são outras. O próprio COPATI mudou dramaticamente conforme as mudanças na legislação paranaense de recursos hídricos, dando menos importância às prefeituras e mais às indústrias. Muito significativa é a postura municipal para educação ambiental, que precisa de parceiros confiáveis da sociedade civil, principalmente ONGs, para levar a cabo este trabalho. Este mesmo grupo está articulando a formação de um Comitê de Bacia Hidrográfica, já que o COPATI, provavelmente, ocupará uma outra posição institucional. A formação do Comitê é um preceito legal, obrigatório, previsto na lei paranaense, de tal forma que para existir a Agência, deverá existir um Comitê.

Outros fenômenos relevantes ao COPATI foi o conflito entre Luiz Eduardo Cheida, o ex-prefeito de Londrina, e Jaime Lerner, na época, governador do estado, no período em que o município de Londrina abria espaço ao COPATI. Porém, não foi constatado qual o impacto deste conflito sobre o COPATI. Também há desconfiança dos empresários regionais em investir na Autarquia Municipal do Meio Ambiente (AMA) de Londrina, seja pelo fato da presença de Cheida, ou pelo fato da AMA ter sido o ponto inicial das investigações da corrupção do ex-prefeito Belinati. Um entrevistado comentou que Cheida, chefe da Autarquia Municipal do Meio Ambiente (AMA) de Londrina e inimigo político do prefeito atual, Nedson Micheletti (atualmente o vice-presidente do Baixo Tibagi no COPATI) abriu espaço para a discussão pública da UH de São Jerônimo. O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Londrina repudiou o projeto e a maneira de conduzir a discussão em junho de 2001.

Entre outros prefeitos do Tibagi, os recursos hídricos já se converteram em fonte significativa de recursos. A criação do CIBACAP (Consórcio Intermunicipal da Bacia do Capivara), cuja finalidade é receber indenização pela inundação de terras com a formação do reservatório do Capivara, recebeu

em julho de 2001 da Duke Energy International, concessionária da UH Capivara, financiamento para projetos de educação ambiental e turismo rural. Talvez seguindo o exemplo do CIBACAP, outros políticos da região das UHs projetadas para o Tibagi estão articulando um discurso de que a construção da Usina Hidrelétrica traria grandes benefícios financeiros ao município. Segundo um entrevistado, na última campanha municipal não faltou candidato à prefeitura que falasse de como os recursos da UH poderiam financiar novas iniciativas na saúde e na educação, além da especulação imobiliária para fazer chácaras na beira do futuro reservatório.

Outros grupos de atores-chaves na área de recursos hídricos são os pesquisadores das duas principais universidades, a UEL e a UEPG. Esses pesquisadores, de várias disciplinas, mantêm uma estreita atuação nos assuntos ambientais regionais. E, com algumas exceções, apóiam o COPATI.

Biólogos da UEL, como parte do convênio de US\$1 milhão entre Klabin-COPATI-UEL, fizeram vários estudos sobre a biodiversidade do Tibagi (Anjos 2000). O mesmo pessoal agora está trabalhando no Cambezinho. Também na UEL, professores publicaram recentemente estudos sobre o Tibagi (Stipp 2000) financiados pela COPEL, e o impacto ambiental de reservatórios (Stipp 1999). O atual presidente do NEMA na UEL é suplente no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e colaborador técnico do COPATI. A UEPG desenvolve vários projetos próximos a Ponta Grossa, alguns em colaboração com o Ministério Público Estadual.

Foi difícil, durante a pesquisa, identificar os movimentos sociais mais fortes na região. Atualmente a articulação política contra a UH São Jerônimo da Serra está sendo feita pela Comissão Pastoral da Terra e uma ONG regional (seção F), culminando na realização da Romaria das Terras e das Águas em São Jerônimo em agosto de 2001. A articulação para a recuperação ambiental do Cambezinho (seção D) envolve várias ONGs que são associações de moradores.

É difícil saber se os usuários de água estão relativamente bem organizados. A parte visível da organização dos usuários industriais de água encontra-se aglutinada no COPATI, que, na sua segunda fase, procurou as indústrias como associados e oferecendo cursos de gestão ambiental e um selo ambiental. Algumas indústrias, vindo desde início que a Agência seria um organismo forte na Bacia, associaram-se ao COPATI e começaram a participar visando a capacitação do COPATI para sua transformação em Agência. Esta tarefa está recebendo a assessoria jurídica da COELBA e SANEPAR, além, da Cervejaria Kaiser, na elaboração do novo estatuto.

O associativismo do setor agropecuário no Tibagi é relativamente forte. Porém, atualmente, não participa do COPATI. Um dos melhores exemplos é a Fundação ABC em Castro. Ela atua numa região de 160.000 hectares de plantio e tem 1.100 associados. A Fundação é uma das mais sofisticadas instituições de pesquisa agropecuária do Brasil. Em 1997, iniciou um sistema de informação geográfico (SIG), com sensoriamento remoto, para incentivar a agricultura de precisão. Atualmente está usando o mesmo SIG para a gestão ambiental, especialmente para o estudo de impacto de granjas sobre o solo e a água, além da gestão de áreas de vegetação natural. Esta última questão está articulada com a uma preocupação da Fundação em estruturar-se para atender às demandas perante as mudanças da política estadual em aumentar a Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente, segundo o Decreto Estadual 387/99 e Portaria 100/99/IAP/GP.

C. A HISTÓRIA DO ORGANISMO

O COPATI teve três épocas distintas como Consórcio, começando apenas com as prefeituras, depois entrando num período de crise, reestruturação e articulação de usuários, principalmente as indústrias. Atualmente está entrando, possivelmente, numa outra fase com a sua candidatura para ser a Agência da Bacia do Tibagi.

C.1 Gênese

O COPATI foi criado como consórcio intermunicipal em setembro de 1989 por causa de falta de peixe no trecho baixo do Tibagi e a discussão sobre as suas causas. As discussões iniciais aconteceram, principalmente, entre os prefeitos de Ibiporã (José Maria Ferreira) e Jataizinho (Humberto Zanin

Chamilleti), assim como o chefe regional da então SUREHMA (Alberto Baccarim) e representantes da Empresa Klabin de Papel e Celulose (Klabin) e a UEL. As suas áreas de atuação foram definidas como a gestão ambiental, proteção à biodiversidade, manejo de recursos hídricos e a educação ambiental.

O COPATI não foi a primeira iniciativa na Bacia, houve duas outras: a Associação para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente e a Pró-Tibagi, que fracassaram. Os membros influentes na formação do COPATI ressaltaram a colaboração e influência de Mário Montovani, naquele período, do consórcio de Brotas no estado de São Paulo.

Nesta fase inicial, a sede do COPATI e seu presidente pertenciam à prefeitura, enquanto os três vice-presidentes eram do Alto, Médio e Baixo Tibagi. Com apenas um técnico com nível superior e dois assistentes, o COPATI adquiriu ‘a personalidade da prefeitura’ nesta fase. Entre 1989 e 1992, os municípios ativos no COPATI eram pequenos e com muita ‘demanda social, mas baixa demanda ambiental’, pois a qualidade da água do Tibagi é alta em comparação a outros rios, como o Piracicaba, e não havia conflitos sobre o uso da água.

A atuação da empresa Klabin foi fundamental nesta fase. Alguns entrevistados comentaram que a empresa estava com problemas na exportação de seus produtos por causa da poluição decorrente de sua atividade e procurava uma iniciativa que pudesse mostrar seu compromisso ambiental. Na época, a Klabin era responsável por 60% da poluição industrial da Bacia, e estava prestes a firmar um acordo com a Superintendência Estadual de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA) para investir em equipamentos para reduzir a poluição. A Klabin e COPATI firmaram um convênio de US\$1 milhão para um estudo que o Centro de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que resultaria no Diagnóstico da Flora e Fauna do Tibagi.

Em 1996, o COPATI iniciou sua reforma institucional para fomentar a adesão de indústrias e outros usuários de água como associados. O COPATI ‘deu férias’ para as prefeituras, segundo um entrevistado. Durante o período de 1995 a 1996, as relações políticas com o estado eram ruins, por causa do conflito entre o prefeito de Londrina, Cheida, e o governador Jaime Lerner. Houve também problemas institucionais, pois as prefeituras pagavam a taxa de associação ‘quando satisfeitas’, pois os prefeitos precisavam de um ‘circuito fechado’ entre o pagamento e o benefício político ao prefeito. Ao COPATI faltava um corpo técnico para fechar o circuito, dando início a uma ‘crise político-institucional’. Os municípios não participavam por que eram pobres e mudavam de prefeito. Os problemas de recursos hídricos não eram grandes o suficiente, nem tão pouco uma preocupação do dia-a-dia das prefeituras. Esta crise deu início à ideia de que o COPATI precisava de ‘parceiros fortes, participativos, ricos, contínuos’ que dessem ‘valor cultural’ aos recursos hídricos. Em 1995 o novo coordenador técnico do COPATI, Marcelo Mafra, atual representante da Agência Nacional de Água no Paraná, começou a procurar novos modelos para realizar a reestruturação. Conheceu Francisco Lobato, iniciando assim um levantamento sobre a situação institucional-legal da gestão dos recursos hídricos nos governos estadual e federal. O ‘novo’ COPATI começou a associar as empresas: em 1997, a Cervejaria Kaiser, a COPEL, a Coca-Cola, a Rodonorte e outras instituições como a Universidade Estadual de Ponta Grossa, além da Associação de Municípios de Campos Gerais. Desde então várias outras empresas associaram-se ao COPATI. A Coca-Cola saiu, pois fechou sua fábrica instalada dentro da Bacia.

C.2 Principais Ações e Decisões

A primeira fase do COPATI desenvolveu projetos de pesquisa, fiscalização, reflorestamento e educação ambiental. Porém, um entrevistado caracterizou os projetos como ‘tímidos’ e a atuação do Consórcio ‘sem clareza’. O Conselho Técnico do COPATI, composto principalmente por técnicos de órgãos estaduais, decidiu oito linhas de ação, incluindo a educação ambiental e a restauração ambiental. Havia apenas uma pessoa para realizar estas iniciativas. Dada à ‘euforia política’ da época, ele teve forte apoio político, por exemplo, do então governador Álvaro Dias, junto ao programa estadual de microbacias Paraná Rural que atendeu os municípios do Baixo Tibagi (B.4). Em esta época, o coordenador técnico do COPATI era um agrônomo do IAPAR (Instituto Paranaense de Assistência Rural) e consultor da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) para os programas

de micro-bacias.

Em geral, este primeiro COPATI, ajudou na criação de uma consciência ambiental e apoiou o convênio Klabin-UEL para a pesquisa do Tibagi. Neste período, segundo um entrevistado, a ‘marca COPATI’ surgiu. Esta marca seria importante para as outras duas reestruturações.

No entanto, a falta de recursos próprios deu origem a um alto grau de uso político do COPATI. Um entrevistado comentou que os prefeitos apenas queriam ‘fazer obra e festa e aparecer na foto’ sem se preocuparem com a estrutura básica do consórcio. O COPATI, formado por apenas políticos estreitamente vinculados aos órgãos públicos, com um único técnico para atender o seu dia-dia, iria sofrer com a mudança de governo e das lideranças políticas.

O estudo da biodiversidade do Tibagi, realizado com financiamento da Klabin pelo COPATI, foi uma questão polêmica entre os entrevistados. O COPATI divulga que o ‘Projeto Tibagi’ teve participação de 120 professores, pesquisadores e estagiários em 24 subprojetos. O projeto, na primeira fase, estudou a ‘variedade de mamíferos, aves, vegetação, peixes, seres aquáticos, qualidade da água’, entre outros temas, mostrando ‘o grau de degradação ambiental da bacia e as principais espécies em extinção’. Do US\$1 milhão comprometido, US\$600 mil foram aplicados no projeto, através do COPATI, em subprojetos. A idéia era de fazer um diagnóstico ou ‘Panorama Geral’ durante dois anos, depois um levantamento da biodiversidade por mais quatro anos. E em uma terceira fase sua implementação. O projeto nunca entrou na terceira fase. Desde 1996, o convênio Klabin e COPATI não recebeu financiamento. O COPATI decidiu que os novos sub-projetos, ainda sobre a biodiversidade da Bacia, não atenderiam às necessidades do COPATI e aos seus associados. Entrevistados críticos do projeto destacam que o projeto era composto apenas por biólogos, sem a participação efetiva de especialistas em outras áreas e disciplinas científicas.

Para os entrevistados que se mostraram críticos ao estudo, perderam-se seus objetivos quando a pesquisa enfocou assuntos puramente acadêmicos. Por exemplo, há reclamações de que os pesquisadores não forneceram informações sobre a hidrologia nem sobre aspectos sócio-econômicos para saber se a divisão do Tibagi em trechos Alto, Médio e Baixo tinha embasamento técnico. Segundo um entrevistado, alguns atores do Alto Tibagi ainda acham que o COPATI e a UEL ‘comeram o dinheiro’ da Klabin, por dedicar-se à pesquisa básica e pela falta de integração aos interesses do COPATI. Outro entrevistado alegou várias falhas no contrato inicial do convênio que davam muita liberdade aos pesquisadores para definirem os sub-projetos.

Os defensores do estudo do Tibagi consideram o projeto fundamental na formação de profissionais e sofreu pela ingerência política do COPATI. Alguns entrevistados alegaram que a Klabin precisava se mostrar ‘interessada’ no meio ambiente e o investimento ajudou a empresa na exportação dos seus produtos. Os integrantes do estudo foram contra a tática de ‘jogar peixe’ para repovoar o Tibagi. O estudo mostrou que muitas espécies ainda encontravam-se no rio e a política de ‘jogar peixe’ não tinha nenhuma fundamentação técnica. Alguns dos profissionais formados no projeto agora estão atuando o projeto do Cambezinho (seção D). Espera-se a publicação nos próximos meses do resumo do trabalho; por enquanto existe um relatório geral (Anjos 2000).

Na fiscalização, o COPATI organizou 400 expedições no Tibagi contra a pesca predatória. O COPATI divulga suas parcerias com a Polícia Florestal, o IBAMA e o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) para um ‘intenso trabalho de fiscalização e monitoramento do rio e principais afluentes’. A fiscalização conjunta resultou na apreensão de ‘milhares de materiais ilegais de caça e pesca predatória’. Os prefeitos que apoiaram o COPATI recebiam benefícios diretos da fiscalização. Porém, o COPATI não tinha a autoridade policial para fiscalizar esta atividade, e a pessoa responsável saiu do COPATI. Alguns entrevistados criticaram a não continuação da fiscalização, achando que foi ‘um erro’ por que ‘os prefeitos não gostaram’.

Na recuperação ambiental, o COPATI organizou o plantio de 500.000 mudas de mata ciliar, número irrisório considerando-se toda a bacia. Porém, o trabalho mais importante para esta questão foi a atuação do programa de microbacias, o Paraná Rural, no Baixo Tibagi.

A educação ambiental foi vista pelos entrevistados como o maior êxito do COPATI. O programa atingiu 1.300 professores de 25 municípios. Um entrevistado comentou que o COPATI ‘semeou’ a educação ambiental na Bacia, pois não existia antes. O COPATI organizou a Jardineira Ecológica, um ônibus apoiado pela Volvo e Iguazu Celulose, um sistema móvel de educação ambiental que teve alta visibilidade política, porém apenas com ‘efeito instantâneo’. Foi uma ação de ‘efeito instantâneo’. Não teve continuidade por ser uma ‘semente sem estrutura’ que não rendeu sustentabilidade ao COPATI como instituição.

Na segunda fase do COPATI, entre 1995 e 1998, sua atuação foi procurar uma sede fixa, deixando a prefeitura de Londrina; modificar o estatuto para permitir a entrada de empresas como associadas; gestão ambiental voltada às indústrias (selo Tibagi; emissão zero; Bolsa de Resíduos), a comunicação (Jornal do COPATI; site de Internet); cursos de educação ambiental e treinamento na gestão ambiental. Este período, considerado como uma ‘frustração’, deu-se quando o novo coordenador técnico do COPATI considerou que faltava direção ao consórcio e tinha parceiros fracos, sendo preciso um modelo de gestão. Na reestruturação, o período crítico foi entre 1997 e 1998, quando o COPATI quase fechou. Cheida, o então prefeito de Londrina deixou a prefeitura em 1997 e os novos prefeitos dos outros municípios tiveram pouco interesse e o COPATI ficou sem presidente no início de 1998. Não tinha orçamento, nem administrador, enquanto as dívidas aumentavam.

Em dezembro de 1996, a mudança no estatuto de COPATI, permitiu a participação de empresas, que pagariam uma taxa em moeda ou serviços, baseado no número de funcionários. Criaram-se as Câmaras Técnicas para o Alto e o Baixo Tibagi, em que os associados poderiam participar, e que, segundo alguns, seria uma grande vantagem, pois os assuntos técnicos no Tibagi não interessavam os prefeitos que não queriam passar tempo escutando os detalhes da cobrança ou da gestão.

O Centro de Ciências Biológicas da UEL recusou entrar no COPATI. A UEPG aceitou, assim como a COPEL e a Kaiser, que dispensaram confiança necessária à nova idéia de que a associação de indústrias iria ser uma base forte para o COPATI continuar. Já para o final de 1997 a situação mudou também por causa da Lei das Águas, que abriu a possibilidade de o COPATI ser uma Agência de Bacia, o que lhe permitiria seu sustento financeiro. Atualmente, por iniciativa da NEMA, esta possui um convênio ‘guarda-chuva’ com o COPATI.

Durante esta fase, o COPATI iniciou um Jornal e criou um site de Internet. Seu Informativo eletrônico atualmente tem mais de 1.000 endereços. Um gerente ambiental de uma empresa associada comentou que consulta o informativo pelo menos uma vez por semana e tem uma opinião muito favorável desta iniciativa. Em 1998 o COPATI realizou um Curso de Gestão Ambiental Municipal, atraindo 90 pessoas para um curso de três meses, com o objetivo de ‘treinar agentes ambientais para trabalhar em programas de preservação ambiental’ no Tibagi. O lançamento do Selo de Qualidade Ambiental em 1996 que ‘visa atender as necessidades de empresas que buscam a preservação ambiental através do sistema de Gestão Ambiental fundamentada nas normas ISO 14.000’. Em 1998 o COPATI lançou uma cartilha informativa sobre a lei federal de crimes ambientais e recentemente fez uma cartilha sobre o sistema paranaense de gestão de recursos hídricos.

O terceiro COPATI é o da fase atual: a continuação da reforma institucional voltada explicitamente para conformar-se à legislação paranaense no que é relevante à Agência de Bacia.

PARTE II: TEMAS PARA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO NA FASE II

D. CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO-AMBIENTAL

O COPATI sempre teve vínculo com algum ‘problema’ relacionado aos recursos hídricos do Tibagi, porém é o aspecto que, em um determinado momento, caracteriza-se como o mais permanente em termos financeiros e institucionais. O COPATI optou por organizar-se em volta de dois assuntos

ambientais da Bacia do Tibagi. No início, em 1989, a questão foi a falta de peixe e poluição por agrotóxicos em suas águas, desconsiderando a questão de esgoto doméstico e a questão de poluição industrial. As limitações da primeira articulação, por depender da vontade política das prefeituras do Tibagi, já foram analisadas na seção C. Em 1995, durante uma crise financeira e institucional em que o COPATI quase desapareceu, os líderes apoiaram a idéia do COPATI estruturar-se sobre outros problemas da Bacia como a questão de poluição industrial, atraindo assim associados que eram mais fortes e que davam mais valor aos recursos hídricos.

É relevante discutir os aspectos do contexto ambiental em que o COPATI não conseguiu articular-se como ator chave. Um exemplo é o caso do uso da água do Cambezinho, um afluente do trecho Baixo Tibagi. Conhecido como o ‘cartão de visita’ de Londrina este é objeto de uma polêmica envolvendo o Ministério Público Estadual, várias indústrias, associações de moradores e pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina (UEL). A Promotoria Pública do Meio Ambiente recebeu denúncias sobre uma indústria de laticínios e a investigação resultou em multas e um Termo de Ajuste de Conduta. Este, por sua vez, será financiado por um convênio que realizará o Diagnóstico de Condições Biológicas e Ambientais do Alto Cambezinho, cuja finalidade é a recuperação do afluente. Além de efluentes do laticínio, o Cambezinho apresenta problemas com efluentes de outras indústrias, desmatamento clandestino, urbanização clandestina e esgotos domésticos clandestinos. O acordo entre o Ministério Público e as empresas poluidoras identificou a UEL como o órgão executor do diagnóstico. Os entrevistados alegaram que as empresas não queriam criar um outro Consórcio, nem queriam que a Autarquia do Meio Ambiente de Londrina, que foi parte do esquema de corrupção do ex-prefeito Belinati, fosse o órgão executor. Como os pesquisadores da UEL, principalmente do Departamento de Biologia, tinham experiência a partir da parceria UEL-COPATI-Klabin entre 1989 e 1996 (ver seção C), eles foram vistos como os parceiros adequados.

Outro caso em que o COPATI não aparece como ator chave é o acordo entre a universidade, o Ministério Público e empresas poluidoras de água em andamento em Ponta Grossa. A poluição do manancial de Ponta Grossa, o Alagados (484 km²), foi objeto de uma ação da Promotoria Pública contra empresas (por exemplo, a América Latina Logística –ALL, opera a estrada de ferro que passa na margem do manancial) e os loteamentos na bacia. Uma parte do acordo inclui um diagnóstico que será financiado por COPEL, SANEPAR e ALL e efetuado pelo Núcleo de Estudos Ambientais (NUCLEAM) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O NUCLEAM, vinculado diretamente à reitoria da UEPG, também faz projetos de recuperação de fundos de vale e planejamento ambiental de bacias hidrográficas.

Um terceiro caso de não-atuação do COPATI será discutido na seção F e se referente à mobilização social contra a construção da UH São Jerônimo.

Já foi comentado que a atuação do ‘primeiro’ COPATI foi muito politizado, algo que se relaciona ao contexto político da Bacia. Alguns entrevistados destacaram a presença, entre o grupo de políticos formadores do COPATI, da idéia que o COPATI deveria servir como uma fonte de benefícios políticos. Segundo um entrevistado, a separação da fiscalização de pesca predatória do trabalho técnico ‘foi um erro’, porque ‘os prefeitos não gostaram’. Na época de fiscalização da pesca predatória, os prefeitos contribuíram com óleo diesel e receberam benefícios imediatos quando apareceram na fotografia da fogueira com as redes de pesca em chamas. O trabalho do COPATI na fase de fiscalização ‘mostrou serviço’ aos políticos, que precisavam da imagem do prefeito ‘mostrando serviço’ aos seus eleitores. Quando o COPATI reestruturou-se este retorno imediato desapareceu, e com ele também sumiu apoio político. Atualmente, a polêmica com as prefeituras do Alto Tibagi se dá sobre a questão de quem recebe os benefícios políticos. Dentro do novo COPATI as prefeituras seriam apenas outro usuário da água – igual a uma indústria – irritando os prefeitos.

Alguns atores chaves criticam o aspecto da excessiva politização da água. Um ator chave criticou o comportamento do COPATI como ‘muito político’, pois o plantio de árvores para recuperação de mata ciliar sempre teve que aparecer como um ato ou evento político, visto como desnecessário. Outro entrevistado comentou que as mudas eram de árvores ‘inadequadas à mata ciliar’. Os entrevistados também criticaram a política das lideranças nos primeiros anos do COPATI de ‘jogar peixe’ no Tibagi como forma de iniciar o repovoamento da vida aquática, sem a mínima noção da biologia do rio. Assim que, os políticos queriam ‘jogar peixe’ para fazer um ato político e aparecer na fotografia como salvador

do meio ambiente do seu município, usando o COPATI para criar apoio político, sem qualquer interesse de melhoria da qualidade do Tibagi.

Para outro ator chave na atuação do COPATI, esta cultura política foi o motivo da sua primeira reestruturação. Os prefeitos pagavam a mensalidade ‘quando satisfeitos’. Estes precisavam de um ‘circuito fechado’ entre a mensalidade, o ato político e o benefício político. Os recursos hídricos, dadas várias razões descritas acima, não eram parte do trabalho e das preocupações diárias dos prefeitos, pois a SANEPAR atende à maioria dos municípios, e além do mais não há escassez da água e nem secas prolongadas na região. Assim não tinham motivo político para apoiar o trabalho do COPATI. A primeira reestruturação do COPATI se definiu pela necessidade de encontrar parceiros ou associados que seriam tudo que as prefeituras jamais seriam: ‘fortes, ricos, contínuos e com valor cultural’ aos recursos hídricos.

E. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A reforma legal paranaense chegou apenas recentemente. Porém, devido à lei nacional sobre os recursos hídricos, a Lei das Águas, os líderes do COPATI apostaram na Agência de Bacia para ser a instituição descentralizada chave que resultaria das reformas, e não o Comitê de Bacia. Se esta posição for vista como uma aposta, tudo indica que houve êxito. O COPATI conseguiu reunir os atores chaves e as suas assessorias jurídicas poderosas em seu processo de criação da Agência de Bacia. Foi fundamental neste processo a participação de algumas indústrias, como a Cervejaria Kaiser, a COPEL e a SANEPAR. Esta orientação empresarial permitiu ao COPATI distanciar-se das prefeituras como fonte de financiamento.

Esta estreita relação entre a legislação paranaense e a estruturação do COPATI representa uma inovação do organismo, pois na sua origem o COPATI foi articulado como um agrupamento de municípios, e assim o COPATI assumia a personalidade e as fraquezas do município que lhe servia como sede. Neste caso, merece destaque a capacidade dos líderes do COPATI recolherem as informações necessárias sobre as reformas incipientes da lei de recursos hídricos. A Lei das Águas foi fundamental no estabelecimento de diretrizes às instituições descentralizadas. A idéia do COPATI em se tornar Agência de Bacia foi bem recebida, de maneira geral, pelo fato de algumas das indústrias da Bacia interessarem-se pela questão da água e já estarem conscientizadas sobre o assunto. A Cervejaria Kaiser, por exemplo, já tinha uma visão ou ‘compromisso ambiental’ por ser uma empresa relativamente recente (menos de 14 anos). Ela instalou uma unidade de produção em Ponta Grossa no ano de 1997 justamente no momento em que o COPATI procurava associados industriais e não prefeituras.

F. PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE.

A relação entre a forma de organização da sociedade e a formação e atuação do COPATI é mais bem apreciada com o exemplo da UH São Jerônimo, o atual maior conflito da Bacia. A recente estruturação do COPATI tendo as indústrias como associadas é um fator chave, dentre outros, na ausência do COPATI articular uma posição junto à sociedade civil sobre esta questão política. A “tecnificação” do COPATI pode lhe dar grandes benefícios em relação à sua candidatura para Agência de Bacia; porém, a falta de participação de entidades civis no COPATI, além da educação ambiental, diminui sua atuação em questões de alta visibilidade pública. Não é exagero afirmar que poucos habitantes do Tibagi sabem dizer o que é uma Agência de Bacia e que muitas pessoas sabem algo sobre a polêmica da UH São Jerônimo.

Das sete UH planejadas para o Tibagi, apenas quatro têm o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) constituído, e apenas uma UH seguiu, a de São Jerônimo da Serra,

agora em fase de audiência pública. No caso da UH de São Jerônimo, há acusações de muitas irregularidades no EIA/RIMA. A obra deveria criar um reservatório de 65 km², grande parte em Ortigueira (3.249 hectares) e São Jerônimo (1.178 hectares); a Área Indígena Apucarana deverá perder quase 12% do seu território. Parte do município de Londrina será inundada, inclusive o ponto de captação d'água, mas o representante da SANEPAR confirma que isto só se apresenta como uma questão 'operacional' no tratamento de algas na água. A obra deveria durar 44 meses e sua construção está orçada em US\$310 milhões. O direito de construir a UH foi adquirido pela COPEL em junho; porém, a sua privatização iminente, agora adiada para 12 de novembro, será um fator muito importante na continuação na discussão do assunto.

A oposição à UH vem sendo articulada pela Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (APEART), um órgão subsidiado pela Comissão Pastoral da Terra, e assessorado pelo MOAB - Movimento dos Atingidos Por Barragens. A APEART e a CPT organizaram a Romaria da Terra e das Águas, em 19 de agosto de 2001, além de uma Comissão dos Ameaçados do Tibagi para fazer frente à UH. Neste evento, aproximadamente 25.000 pessoas participaram de vários atos políticos e simbólicos relacionados à terra, água e fogo, na rota entre São Jerônimo e Jataizinho (Clarke 2001).

O COPATI não mantém uma posição fixa sobre a questão da UH São Jerônimo da Serra, mas tenta divulgar informação a respeito. Alguns dos prefeitos associados estão contra, outros favoráveis. Algumas empresas associadas, especialmente a COPEL, que paga a maior taxa ao COPATI do que qualquer outro associado, estão a favor, e outras não se manifestaram.

G. A GÊNESE DO COPATI E A SUA ATUAÇÃO FUTURA

As suas duas 'gêneses', e talvez uma terceira, indicam que o COPATI como instituição é capaz de mudar conforme a situação legal-administrativa vigente. Porém, o enfoque nas questões da água muda conforme a sua orientação política e a sua orientação empresarial. A possibilidade de dar três 'gêneses' deve-se à construção ideológica de assuntos ambientais como objeto de ação do COPATI, e à existência de grupos políticos ou econômicos que tivessem interesse na articulação destas questões.

H. CONCLUSÕES

O Tibagi é um rio que não apresenta ainda escassez ou falta da água, porém existem problemas com a poluição industrial, o esgoto doméstico, os agrotóxicos e uma usina hidrelétrica prevista na Bacia. O organismo atuante na Bacia, o COPATI, começou como uma entidade ambientalista com forte projeção política voltada às ações que pudessem gerar benefícios políticos às prefeituras associadas. Recentemente o COPATI estruturou-se para aglutinar indústrias e usuários da água como associados e se candidatou para ser Agência de Bacia, entidade executiva descentralizada prevista na lei paranaense de recursos hídricos. É impossível prever o êxito desta candidatura, assim como seria duvidoso prever sua atuação futura nesta nova função. Porém, é importante destacar que os assuntos não se encontram articulados dentro do COPATI e que possivelmente poderiam ser objeto de um Comitê de Bacia.

I. BIBLIOGRAFIA

Abers, Rebecca e Keck, Margaret, (2001a). "Roteiro de Pesquisa a Mini-Manual de Técnicas", Projeto Marca-d'Água.

Anjos, Luiz dos (organizador). 2000. *Aspectos da fauna e flora da Bacia do Rio Tibagi: 10 anos*

(1989-1999). Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina. Espera-se para o final de 2001 a publicação de um livro com os resultados do Projeto Tibagi.

Barros, Miriam Vizintim Fernandes, and Márcia Siqueira de Carvalho. 2000. A situação da agricultura. In *Macrozoneamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi (PR)*, organizado por N. A. F. Stipp. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

Barros, Miriam Vizintim Fernandes, e Francisco de Assis Mendonça. 2000. Uso e ocupação do solo. In *Macrozoneamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi (PR)*, organizado por N. A. F. Stipp. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

Clarke, J. 2001. Comunicação pessoal. Londres 8 de novembro.

Dean, Warren. 1996 [1995]. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Traduzido por C. K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras.

Ferreira, Yoshiya Nakagawara. 2000. Aspectos urbano-regionais e a dinâmica da ocupação da bacia hidrográfica do Tibagi (PR). In *Macrozoneamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi (PR)*, organizado por N. A. F. Stipp. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

Fleischfresser, Vanessa. 1997. Manejo das águas, conservação do solo e controle da poluição em microbacias hidrográficas: Análise da experiência paranaense. In *Economia do meio ambiente: Teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*, edited by A. R. Romeiro, B. P. Reydon and M. L. A. Leonardi. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 1993 [1988]. Mapa de Vegetação do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Escala 1:5.000.000.

Martin, Nelson Batista. 1996. Manejo de microbacias: o caso do Paraná-Rural. In *Gestão ambiental no Brasil: Experiência e sucesso*, editado por I. V. Lopes, G. S. Bastos Filho, D. Biller e M. Bale. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Mendonça, Francisco de Assis. 2000. A tipologia climática: Gênese, características e tendências. In *Macrozoneamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi (PR)*, organizado por N. A. F. Stipp. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

Monbeig, Pierre. 1984. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Traduzido por A. França e R. Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec, Editora Polis.

Stipp, Nilza Aparecida Freres, ed. 1999. *Análise ambiental - usinas hidrelétricas: Uma visão multidisciplinar*. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina; Núcleo de Estudos Ambientais.

———. 2000a. As unidades geológicas-geomorfológicas. In *Macrozoneamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi (PR)*, organizado por N. A. F. Stipp. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

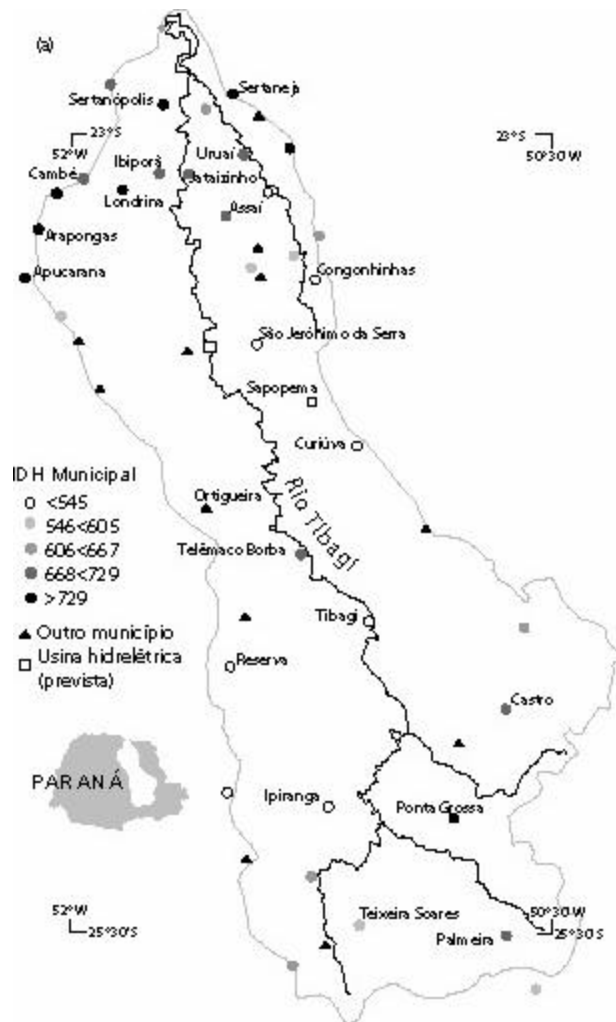
———, ed. 2000b. *Macrozoneamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi (PR)*. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

Stipp, Nilza Aparecida Freres, e Jaime de Oliveira. 2000. A poluição industrial. In *Macrozoneamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi (PR)*, organizado por N. A. F. Stipp. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

J. ANEXOS

J.1 A Bacia do Tibagi

(a) Taxas de IDH na Bacia do Tibagi;



(b) Regionalização da Bacia do Tibagi (Stipp 2000b: 193);



(c) Localização de indústrias poluidoras na Bacia do Tibagi (Stipp e Oliveira 2000: 170).

